



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS TIC - LEI Nº 14.133/2021

Processo Administrativo nº 50500.023338/2025-33

HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
05/05/2025	1.0	Criação do documento	Equipe de Planejamento
11/05/2025	1.1	Adequações no documento	Equipe de Planejamento
10/11/2025	2.0	Conclusão da Pesquisa de Preços	Equipe de Planejamento
18/11/2025	2.1	Alteração da Equipe de Planejamento	Equipe de Planejamento
03/03/2026	2.2	Atualização da Pesquisa de Preços	Equipe de Planejamento
27/03/2026	2.3	Atendimento às considerações do Despacho 40684962	Equipe de Planejamento

Referência: Arts. 12 a 24 da Instrução Normativa SGD/ME Nº 94, de 2022 e Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Plataforma de Gestão de Dados e Observabilidade contemplando suporte técnico e atualização de versões, além de serviço técnico especializado sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, por 12 meses, na forma de serviços continuados, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	CÓD. PMC-TIC	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	Licença de uso de solução de coleta de dados gerados por máquinas para observabilidade, por 12 meses	27502	Gigabytes/dia	N/A	1.500	R\$ 3.208,01	R\$ 4.812.015,00

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	CÓD. PMC-TIC	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	2	Licença de uso de solução de otimização de performance de aplicações e infraestrutura, por 12 meses	27502	Núcleos Virtuais (vCPU)	N/A	600	R\$ 3.106,04	R\$ 1.863.624,00
	3	Licença de uso de solução de gerenciamento de dados de segurança, análise de comportamento de usuários e automatização de resposta a incidentes, por 12 meses	27502	Gigabytes/dia	N/A	500	R\$ 3.208,01	R\$ 1.604.005,00
	4	Serviço técnico especializado sob demanda	27308	Hora	N/A	5.078	R\$ 350,00	R\$ 1.777.300,00
Valor Total Global R\$								R\$ 10.056.944,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que, pela sua essencialidade, visando atender às necessidades de forma permanente e contínua, bem como assegurando o funcionamento das atividades finalísticas da Contratante. Ademais, os serviços mostram-se necessários para o exercício das atividades da Contratante e para o cumprimento de sua missão institucional, em harmonia com o art. 15 da [Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017](#).

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, prorrogável para até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pelos seguintes argumentos:

2.2. Criada pela Lei nº 10.233/2001, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) é uma autarquia sob regime especial, sediada no Distrito Federal e com atuação em todo o território nacional por meio de suas Unidades Regionais e Postos de Fiscalização. Sua finalidade institucional consiste em regular, supervisionar e fiscalizar a prestação de serviços e a exploração da infraestrutura de transportes terrestres, assegurando a eficiente movimentação de pessoas e bens. Além disso, a ANTT atua na harmonização de interesses entre usuários, concessionárias, permissionárias, autorizadas,

arrendatárias e entidades delegadas, sempre preservando o interesse público. Entre suas atribuições, destacam-se a mediação de conflitos e a prevenção de práticas anticoncorrenciais ou que violem a ordem econômica.

2.3. No exercício de suas atribuições, a ANTT tem enfrentado demandas negociais cada vez mais complexas, exigindo soluções tecnológicas avançadas que integrem múltiplos sistemas e garantam comunicação eficiente. Para manter o atendimento a essas demandas, a Agência vem implementando e modernizando suas soluções de aplicações, infraestrutura e bancos de dados, as quais demandam alta disponibilidade, estabilidade e desempenho. Nesse contexto, é essencial que os serviços de TI atendam a padrões de excelência, assegurando operação contínua, sem interrupções e com alto nível de performance.

2.4. A complexidade crescente dos sistemas exige monitoramento inteligente e avaliação contínua da experiência do usuário, visando identificar e corrigir falhas antes que impactem os serviços. Além disso, a investigação de causas raiz de incidentes tornou-se crítica para evitar indisponibilidades e degradação da qualidade dos sistemas.

2.5. A ANTT adota o modelo de gestão P-D-C-A (Planejar-Executar-Verificar-Ajustar), assegurando que os processos de monitoramento, análise de performance e tratamento de incidentes sejam contínuos e proativos. Os sistemas administrados pela ANTT atendem a milhares de usuários internos e externos, sendo essenciais para o funcionamento do setor logístico terrestre brasileiro. Qualquer indisponibilidade — parcial ou total — gera prejuízos diretos e indiretos tanto à Administração Pública quanto aos cidadãos e empresas dependentes desses serviços.

2.6. Diante desse cenário, a ANTT busca soluções tecnológicas de mercado que mitiguem riscos de instabilidade e indisponibilidade, aprimorem o monitoramento de performance, segurança e experiência do usuário e integrem ferramentas existentes com novas tecnologias, focando em resultados mensuráveis.

2.7. Além disso, a adoção destas soluções permitiu melhorias no ciclo de desenvolvimento de sistemas, evitando que novas versões sejam implantadas com falhas de desempenho, além de detecção precoce de problemas ainda na fase de homologação.

2.8. Com a atualização a ANTT pôde:

- Garantir cobertura integral das aplicações críticas (atuais e futuras);
- Evitar lentidões, falhas e paralisações nos sistemas de gestão; e
- Minimizar impactos negativos nas operações logísticas.

2.9. O objetivo final é oferecer serviços de TIC com qualidade, alinhados às metas públicas e às expectativas dos usuários, por meio de tecnologias ágeis e eficientes na identificação e resolução de problemas.

2.10. Em 2016, a ANTT, realizou processo de licitação para aquisição de licenças e serviços relacionados à Solução de Gerenciamento da Disponibilidade e Qualidade das Aplicações Tecnológicas e Bancos de Dados, que resultou na realização do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 32/2016. Dessa forma, por meio da licitação realizada e do contrato nº 37/2016, adquiriu-se solução e serviços para 5 servidores/sistemas prioritários e para 5 servidores de bancos de dados. A solução contratada, do fabricante Dynatrace, foi implantada nas aplicações e nos bancos de dados consideradas prioritárias e os serviços executados.

2.11. Em 2022, por meio do Pregão nº 06/2022, a ANTT realizou uma licitação que resultou no contrato nº 14/2022, cujo objeto era a contratação de uma Plataforma Integrada de Continuidade e Melhoria dos Serviços da ANTT - (Solução de Performance e Segurança de Aplicação - APM), com análise de performance e segurança de ativos, aplicações, microserviços e logs com experiência do usuário. A solução contratada foi do mesmo fabricante (Dynatrace), entretanto, diferente da contratação anterior, previa um modelo de licenciamento por subscrição anual.

2.12. Desde então, entretanto, um cenário orçamentário mais restritivo tem exigido que as

soluções de software sejam otimizadas e/ou aproveitadas ao máximo, demandando a realização de análises sobre a relação custo-benefício das soluções, bem como a possibilidade de utilização de uma mesma solução para múltiplos propósitos, a fim de evitar o pagamento por funcionalidades raramente utilizadas (apesar de úteis), e maximizar o compartilhamento das soluções entre as diferentes áreas da ANTT.

2.13. Novos requisitos precisam ser atendidos, a exemplo do desenvolvimento do SAFF 2.0 (Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário), bem como a integração das operações ferroviárias com a ANTT, que exigirão uma reformulação na forma como opera o CNSO (Centro Nacional de Supervisão Operacional), sendo necessária a aplicação de técnicas de telemetria para coletar e analisar dados de fontes remotas das concessões ferroviárias e integrá-las em tempo real ao CNSO para que seja possível obter insights sobre o desempenho das operações. Ambos os projetos estão sendo acompanhados pelo Grupo de Trabalho instituído por meio da PORTARIA DG Nº 40, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025.

2.14. Por outro lado, a complexidade das soluções de TI tem aumentado significativamente nos últimos anos, o que provoca a necessidade de um esforço maior nos processos investigativos que buscam a identificação das causas raiz dos incidentes que provocam indisponibilidades e a diminuição da qualidade dos serviços de TI e em seu banco de dados. Neste sentido, não será possível abrir mão de uma solução de software moderna que permita prevenir interrupções dos sistemas da ANTT, possibilitando a detecção dos problemas de forma antecipada, bem como atuar de forma proativa, isolando e recuperando o problema antes que o negócio seja impactado.

2.15. A fim de utilizar uma abordagem menos reativa, que se concentra em coletar dados para detectar problemas imediatos, passando a agir de forma mais proativa, analisando o comportamento do sistema ao longo do tempo, ajudando a identificar a causa raiz dos problemas e tomar medidas corretivas antes que o problema aconteça, será necessário implementar o conceito de observabilidade, além da realização do mero monitoramento dos serviços e aplicações. A observabilidade refere-se à capacidade de compreender o estado interno de um sistema complexo por meio da análise de seus outputs externos, como logs, métricas e traces. Em outras palavras, é a capacidade de entender o que está acontecendo dentro de um sistema, mesmo sem acesso direto ao seu código ou componentes internos. E por ela se basear na coleta e análise de dados de telemetria, será aplicar esse conceito não só para depurar e melhorar o desempenho dos serviços e aplicações, bem como para atender aos requisitos de acompanhamento e fiscalização do transporte rodoviário, ferroviário, de cargas e de passageiros, permitindo o monitoramento proativo e a melhoria na tomada de decisão.

2.16. Assim, o presente processo de planejamento da contratação pretende revisar a estratégia de utilização das ferramentas de monitoramento de aplicações, bem como das ferramentas de monitoramento da segurança dos dados, a fim de buscar soluções unificadas que apliquem o conceito de observabilidade, e que possam atender às novas demandas da Agência, bem como abarcar o rol de funcionalidades anteriormente atendido por soluções distintas, representando um ganho orçamentário sem impactar a eficiência do atendimento aos usuários.

2.17. **Justificativa para o uso de Registro de Preço:**

2.17.1. O registro de preços, previsto na Lei nº 14.133/2021, configura-se como um instrumento de contratação direcionado à aquisição de bens e serviços de forma contínua ou parcelada, mediante a seleção prévia de fornecedores. Sua adoção para a contratação de licença de uso de Plataforma de Gestão de Dados e Observabilidade revela-se como uma estratégia eficaz e economicamente vantajosa.

2.17.2. O Sistema de Registro de Preços pode ser adotado tanto nas contratações para aquisição de bens ou produtos, como para a prestação de serviços, desde que o objeto se enquadre em uma das hipóteses previstas no Art. 3º do Decreto Nº 11.462/2023: necessidade de contratações permanentes ou frequentes; aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas do governo; ou quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

2.17.3. O Registro de Preços mostra-se essencial no presente caso, pois, a contratação não será realizada de forma global e de imediato. Daí a necessidade de que o processo seja realizado como sistema de registro de preços, mantendo-se o preço registrado para que a Agência possa efetuar sua contratação, de acordo com a demanda, aplicando-se justamente o fim a que se destina esse sistema, ou seja, atender eventuais contratações, as quais não são passíveis de mensurar pontualmente naquele momento, embora se saiba, de pronto, que a contratação será necessária em espaço de tempo que abrange a vigência da ata, que será de 12 meses. Esse sistema torna mais eficiente, eficaz e econômico o procedimento, racionalizando a força de trabalho, bem como os dispêndios em um curto espaço de tempo, sem ter que fazer outro pregão para o mesmo fim, no âmbito desta Agência.

2.17.4. Na fase preparatória do processo licitatório será realizado procedimento público de intenção de registro de preços, sem divulgação da IRP para manifestação de interesse de outras entidades, uma vez que o presente procedimento foi estimado para atendimento de necessidades específicas da ANTT, sendo esta a única contratante.

2.17.5. Não será admitida a adesão tardia (carona) à ata de registro de preços decorrente deste certame.

2.18. Alinhamento aos planejamentos estratégicos:

2.18.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual - PCA 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

2.18.2. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia Federal de Governo Digital - EFGD 2024-2027 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da ANTT - PDTIC 2025-2028, conforme demonstrado abaixo:

Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional - PEI	
Planejamento Estratégico ANTT - 2020-2030	
ID	Objetivo Estratégico
PR2	Aprimorar a disponibilidade, a qualidade e a integração das informações internas e externas.
OGP4	Potencializar a capacidade de inovação e absorção de tecnologias de forma estruturada.
OPG2	Aperfeiçoar processos, normativos e marco regulatório com base em evidências, uso intensivo de tecnologia da informação e participação social.
Alinhamento ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC	
Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2025-2028	
ID	NECESSIDADE
NS 007	Monitoramento da disponibilidade dos recursos, soluções e serviços de TIC
NS 009	Gestão de ameaças e vulnerabilidade em Segurança Cibernética
NC 006	Solução para Application Lifecycle Management (ALM)

NC 009	Ferramenta para Prototipagem, UX e Usabilidade na Web		
NC 024	Ferramentas para monitoramento dos recursos, soluções e serviços de TIC		
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
M.001	Aprimorar a experiência dos cidadãos nas interações com a ANTT	-	Índice de Digitalização dos Serviços GOV.BR - ID-GOV
M.002	Oferecer estrutura física e tecnológica adequada	-	Índice de Atendimento das Demandas Associadas a Projetos Priorizados - IADTI
		-	Índice de Controles e Medidas Implantados - ICMI

Alinhamento ao Plano de Contratações Anual - PCA		
Item no PAC	Descrição	Aprovação
1.120	Plataforma de Gestão de Dados	Aprovado no Plano de Contratações Anual - PCA 2026, nos termos da Deliberação nº 163, de 19 de maio de 2025 .
Alinhamento à Estratégia Federal de Governo Digital - EFGD 2024-2027		
<p>Objetivo 1 - Prover serviços públicos digitais personalizados, simples, de forma proativa e centrados no cidadão.</p> <p>Iniciativa 1.3. Aprimorar a percepção de utilidade das informações dos serviços no portal único GOV.BR e atingir, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) de avaliações positivas nos 80 (oitenta) serviços públicos digitais do Governo federal mais acessados, até 2026.</p> <p>Iniciativa 1.5. Manter nota média de pelo menos 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) em escala de 5 (cinco) pontos na avaliação de satisfação pelo usuário de serviços públicos digitais, até 2027.</p> <p>Objetivo 9 - Elevar a maturidade e a resiliência dos órgãos e das entidades em termos de privacidade e segurança da informação.</p> <p>Iniciativa 9.1. Incrementar o valor médio do índice de segurança da informação - iSeg do Programa de Privacidade e Segurança da Informação - PPSI, obtido por cada órgão e entidade do Poder Executivo federal em 0,20 (dois décimos), até 2027.</p> <p>Iniciativa 9.2. Incrementar o valor médio do índice de privacidade - iPriv do Programa de Privacidade e Segurança da Informação - PPSI, obtido por cada órgão e entidade do Poder Executivo federal em 0,20 (dois décimos), até 2027.</p>		
Integração à Plataforma de Cidadania Digital		
Não se aplica.		

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste na Contratação de licença, por meio de cessão temporária de direitos de uso, de Plataforma de Gestão de Dados e Observabilidade contemplando suporte técnico e atualização de versões, além de serviço técnico especializado sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, por 12 meses, na forma de serviços continuados, conforme tabela abaixo:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	1	Licença de uso de solução de coleta de dados gerados por máquinas para observabilidade, por 12 meses	27502	Gigabytes/dia	1.500
	2	Licença de uso de solução otimização de performance de aplicações e infraestrutura, por 12 meses	27502	Núcleos Virtuais (vCPU)	600
	3	Licença de uso de solução de gerenciamento de dados de segurança, análise de comportamento de usuários e automatização de resposta a incidentes, por 12 meses	27502	Gigabytes/dia	500
	4	Serviço técnico especializado sob demanda	27308	Hora	5.078

3.3. A solução de coleta de dados gerados por máquinas para observabilidade configura um conjunto de ferramentas robustas de observabilidade e análise de dados de máquina, voltada para capturar, indexar, visualizar e correlacionar grandes volumes de dados gerados por sistemas de TI, dispositivos IoT, aplicações, servidores e infraestrutura de rede. Essa solução permite que empresas ganhem insights operacionais e de segurança em tempo real, acelerem diagnósticos, detectem anomalias, identifiquem falhas e tomem decisões baseadas em dados. Seus principais componentes incluem coleta de dados, indexação, mecanismo de pesquisa, dashboards e visualizações, monitoramento e alertas, machine learning, análise preditiva, entre outros.

3.4. A solução de otimização de performance de aplicações e infraestrutura configura um conjunto de ferramentas de APM (Application Performance Monitoring) e observabilidade, projetadas para monitorar, diagnosticar e otimizar o desempenho de aplicações e da infraestrutura subjacente, em tempo real. A solução visa fornecer visibilidade ponta a ponta, desde o código-fonte da aplicação até os recursos da infraestrutura física, virtual ou em nuvem. Seu foco é permitir que equipes de TI identifiquem gargalos de desempenho, falhas de sistema, uso ineficiente de recursos e tomem decisões baseadas em dados para melhorar a experiência do usuário e a resiliência operacional. Seus principais componentes incluem otimização do desempenho de aplicativos, análise de impacto de desempenho da rede, infraestrutura e banco de dados, monitoramento de infraestrutura, reconhecimento das dependência e da causa raiz do problema, análise orientada por IA, ingestão de dados de telemetria, teste de navegador, teste de APIs, monitoramento da experiência do usuário, entre outros.

3.5. A solução de gerenciamento de dados de segurança, análise de comportamento de usuários e automatização de resposta a incidentes configura um conjunto de ferramentas de segurança e observabilidade que utilizam os dados ingeridos e processados pelas demais soluções ou ingerem os dados das fontes originais para realizar o gerenciamento de informações e eventos de segurança (SIEM), orquestração, automação e resposta de segurança (SOAR) e análise de comportamento de usuários e entidades (UEBA). Seus principais componentes incluem mecanismos unificados de detecção, investigação e resposta a ameaças, alerta baseado em risco, otimização do tempo médio de detecção e do tempo médio de resposta, automação de segurança por meio da criação de fluxos de trabalho personalizados com a utilização de blocos de código pontos pra uso, análise comportamental de dispositivo e usuários, entre outros.

3.6. A lista de funcionalidades e dos requisitos que deverão ser atendidos pelas soluções consta no **Apêndice A** deste documento. A licença de uso deverá incluir a garantia contínua das soluções durante todo o período de vigência contratual, incluindo os serviços de atualizações de versões e suporte técnico do fabricante para resolver problemas técnicos na solução.

3.7. Os serviços técnicos especializados correspondem aos serviços de consultoria especializada nos softwares contratados, contemplando a gestão da solução (instalação, atualização, configuração, entre outros), serviços de capacitação e treinamentos, realização de customizações e o desenvolvimento de projetos para confecção de produtos e serviços envolvendo a utilização dos softwares contratados, conforme o modelo de prestação de serviço disponível no **Apêndice C** deste Termo de Referência. Os serviços serão executados sob demanda, e sem dedicação exclusiva de mão de obra, orientado à entrega de resultados e ao atendimento dos indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), não se configurando contratação por postos de trabalho.

3.8. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do [Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018](#), constituindo-se em serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios à área de competência legal da Contratante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, compreendendo serviços de tecnologia da informação e prestação de serviços de informação, conforme estabelecido pelo inciso XXIII, art. 1º, da [Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018](#), os quais são preferencialmente objeto de execução indireta, sendo essenciais para o atendimento das necessidades negociais da Contratante.

3.9. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio

4.1.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

- Redução de tempo de inatividade das aplicações e serviços de TIC;
- Otimizar recursos e reduzir perdas causadas por falhas, retrabalhos ou ineficiências;
- Fornecer dados confiáveis e em tempo real acerca da situação do ambiente de tecnologia, por meio de dados coletados e analisados de forma automatizada;
- Permitir a coleta de dados e informações de servidores, aplicações, redes e dispositivos, independente da organização dessa informação, a fim de maximizar as fontes de informação;
- Permitir a criação de painéis de controles personalizados, com suporte a criação de alertas, cálculos estatísticos e série histórica, com integração aos indicadores de negócio;
- Permitir correlacionar métricas de aplicação com as métricas de infraestrutura, associada a uma necessidade de negócio específica;
- Dar celeridade na correção de erros e falhas que atrapalhem o funcionamento dos sistemas;
- Apoiar todo o ciclo de vida da construção de aplicações, desde os processos de desenvolvimento, teste/qualidade e produção, dentro de um ciclo de melhoria contínua;
- Permitir avaliação da experiência do usuário para diversos sistemas e aplicativos, de acordo com a arquitetura de infraestrutura da ANTT;
- Permitir buscar junto ao público, um feedback da sua interação com os sistemas;
- Permitir à área de negócio monitorar a qualidade dos serviços de TIC em execução;

- Detectar atividades suspeitas em tempo real, suportando a resposta rápida a incidentes de segurança, fornecendo trilhas de auditoria completas;
- Minimizar o impacto de incidentes de segurança, mantendo a continuidade dos serviços e protegendo a confiança dos usuários da ANTT;
- Automatizar tarefas repetitivas na área de segurança, acelerando a detecção, análise e resposta a incidentes;
- Liberar os analistas de tarefas manuais e repetitivas, permitindo foco em atividades estratégicas e complexas, padronizando processos e otimizando o uso de recursos humanos e tecnológicos;
- Utilizar aprendizado de máquina e análise comportamental para identificar desvios no comportamento de usuários;
- Suportar o desenvolvimento do SAFF 2.0 (Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário), bem como a integração das operações ferroviárias com a ANTT;
- Permitir que o CNSO (Centro Nacional de Supervisão Operacional) opere de forma mais automatizada, apoiado por técnicas de telemetria para coletar e analisar dados de fontes remotas das concessões rodoviárias e ferroviárias, diminuindo a dependência da equipe de monitoramento;
- Atendimento às necessidades do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2025-2028.

4.2. **Requisitos de Capacitação**

4.2.1. Está prevista a realização de treinamentos e capacitações a serem realizadas pela CONTRATADA, mediante demanda da CONTRATANTE, conforme parâmetros contidos **Apêndice C** (Serviço Técnico Especializado Sob Demanda) deste documento. As capacitações poderão ocorrer sobre qualquer assunto relacionado ao contrato, incluindo treinamentos no uso das soluções e ferramentas de software contratadas. O objeto da capacitação/treinamento e o público alvo a ser capacitado deverá estar identificado na respectiva Ordem de Serviço, conforme critérios estabelecidos no **Apêndice C** deste documento. Durante a construção do cronograma da OS, a CONTRATADA deverá realizar a estimativa da carga horária necessária para realização do treinamento e a definição do material didático a ser empregado, para posterior aprovação da CONTRATANTE.

4.2.2. Na ocasião de cada entrega de novos produtos e serviços, nas etapas de homologação ou implantação, poderá ser exigido da CONTRATADA a realização de uma breve transferência de conhecimento sobre a utilização dos produtos desenvolvidos. Esse tipo de capacitação será tratado como transferência de conhecimento, e não implicará em custos à CONTRATANTE.

4.3. **Requisitos Legais**

4.3.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

4.4. **Requisitos de Manutenção**

4.4.1. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas/preventivas pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades.

4.4.2. Deste modo, a licença de uso deverá incluir a garantia contínua das soluções durante todo o período de vigência contratual, incluindo os serviços de atualizações de versões e suporte técnico do fabricante para resolver problemas técnicos na solução.

4.4.3. A atualização de versão e as manutenções, do tipo corretiva, compreendem

procedimentos destinados à recolocar em perfeito estado de operação os serviços e softwares;

4.4.4. Os softwares defeituosos, caso não possam ser reparados, deverão ser substituídos respeitando os prazos de abertura de chamados;

4.4.5. Quaisquer modificações e/ou reconfigurações que necessitem ser executadas no ambiente da CONTRATANTE, deverão ser autorizadas e acompanhadas por um técnico da CONTRATANTE;

4.4.6. O serviço de acesso remoto deverá possuir suporte gratuito para a solução de problemas relacionados ao seu funcionamento, bem como o esclarecimento de dúvidas quanto a utilização do serviço, que deverá ser prestado em horário comercial, de segunda a sexta-feira.

4.4.7. Quanto às atualizações pertinentes aos softwares, entende-se como “atualização” o provimento de toda e qualquer evolução de software, incluindo correções, “patches”, “fixes”, “updates”, “service packs”, novas “releases”, “versions”, “builds”, “upgrades”, englobando inclusive versões não sucessivas, nos casos em que a liberação de tais versões ocorra durante o período de suporte técnico e atualização de versão especificado.

4.4.8. Os procedimentos de desinstalação, reconfiguração ou reinstalação decorrentes de falhas no software, atualização da versão de software, correção de defeitos, ajustes e reparos necessários, devem ser realizados de acordo com os manuais e as normas técnicas específicas para os recursos utilizados.

4.4.9. O suporte remoto do fornecedor ou fabricante dos softwares e componentes da solução deve oferecer atendimento durante o horário comercial, em português, aos chamados técnicos, executados via e-mail, sistema informatizado ou por meio telefônico, via central de helpdesk, que tratará da abertura de chamados técnicos e ocorrências relativas.

4.4.10. O suporte local do fornecedor da solução deve oferecer serviço de atendimento no ambiente da CONTRATANTE a chamados técnicos críticos, que deverão ser atendidos localmente, por profissional certificado pelo fabricante da solução.

4.4.11. O suporte técnico e atualização de versão serão realizados sempre que solicitado pela CONTRATANTE por meio da abertura de chamado técnico diretamente à CONTRATADA(ou a sua credenciada) via telefone, Internet ou e-mail.

4.4.12. No atendimento aos chamados técnicos abertos, deverá ser disponibilizado suporte personalizado por um analista designado.

4.4.13. Um chamado técnico somente poderá ser fechado após confirmação de responsável da CONTRATANTE e o término de atendimento se dará com a disponibilidade do recurso para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde o mesmo está instalado.

4.4.14. A prioridade de atendimento dos chamados será definida pela CONTRATANTE.

4.4.15. Na abertura de chamados técnicos, serão fornecidas informações, como anormalidade observada, nome do responsável pela solicitação do serviço e versão do software utilizada no hardware e **severidade** do chamado, conforme tabela abaixo:

Tabela de Severidade de Chamado							
Severidade	Descrição	Prazo de atendimento					
		TMIA		TMSO		TMSDC	
		24x7	8x5	24x7	8x5	24x7	8x5
Crítica	Problema causa comprometimento ou interrupção de funcionalidades essenciais para a operação do negócio, com perda ou paralisação total de sistemas em produção e a situação constitui uma emergência.	15min	2h	4h	8h	24h	48h
Alta	Problema interrompe operações, mas é mantida a operação do ambiente, ainda que com restrições de desempenho ou de funcionalidades não essenciais.	30min	3h	8h	24h	48h	60h

Média	Problema não causa nenhuma perda de funcionalidade, constitui erro irrelevante comportamento incorreto ou erro de documentação, que de nenhuma maneira impede a operação do sistema.	2h	4h	24h	48h	60h	72h
Baixa	Esclarecimento de dúvidas ou consultas técnicas.	8h	8h	48h	48h	72h	72h

a) **TMIA - Tempo Máximo para o Início do Atendimento;**

b) **TMSO - Tempo Máximo para Solução Operacional, requerido para que o serviço ou o sistema impactado volte a funcionar, independentemente de ter sido resolvida a causa raiz do problema;**

c) **TMSDC - Tempo Máximo para a Solução Definitiva do Chamado, situação em que o serviço esteja plenamente funcional e a causa raiz do problema é eliminada.**

4.4.16. Todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE deverão ser registradas pela CONTRATADA em sistema informatizado para acompanhamento e controle da execução dos serviços.

4.4.17. A CONTRATADA, após a realização dos serviços de suporte técnico e atualização de versão, deverá apresentar um relatório, contendo identificação do chamado, data e hora de abertura do chamado, data e hora do início e término do atendimento, identificação do defeito, técnico responsável pela solução, as providências adotadas e outras informações pertinentes. Este relatório deverá ser homologado por responsável da CONTRATANTE.

4.4.18. O tempo do início de atendimento do chamado técnico deverá ser de acordo com a tabela de severidade de chamado e contado a partir da hora de abertura do chamado. Ou seja, a partir da hora de abertura do chamado, iniciada a contagem de tempo para o início do atendimento.

4.4.19. Em caso de necessidade e em qualquer classificação de severidade, a critério da CONTRATANTE, deverá ser prestado atendimento "On-Site". Os serviços "On-Site" deverão iniciar-se em no máximo 08 (oito) horas após confirmação da CONTRATANTE, ou conforme agendamento a critério da Agência.

4.4.20. Após o início do atendimento, o tempo de solução do problema deverá ser de acordo com a tabela de solução do chamado, não devendo ultrapassar os prazos estabelecidos para as respectivas severidades, contados a partir da abertura do chamado técnico.

4.4.21. As demandas relacionadas a erros em ambientes de produção podem evoluir de grau de severidade, a depender de mudanças na disponibilidade do serviço. Demandas que estavam indisponíveis, e que, após uma solução de contorno, passaram a estar disponíveis, podem ter seu grau de severidade alterado, alterando o prazo de atendimento.

4.4.22. Quando um prazo findar fora do horário de execução da CONTRATADA, ele será considerado finalizado apenas ao final da primeira hora do turno de execução subsequente. Os prazos para solução definitiva de demandas não incluem o tempo necessário para produção da documentação, que deverá constar em cronograma a ser entregue após a estabilização do produto ou serviço.

4.4.23. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para eventuais atrasos, conforme o caso. Atrasos ocorrido por razões que envolvam exclusivamente a ANTT (ou seja, que não envolvam a CONTRATADA nem a solução contratada), não serão contabilizados para fins de penalização.

4.4.24. A CONTRATADA deverá informar aos responsáveis da CONTRATANTE qualquer situação que possa ensejar em uso inadequado dos recursos.

4.4.25. Para os serviços de suporte técnico e atualização de versão, a CONTRATANTE permitirá o acesso dos técnicos habilitados e identificados da CONTRATADA às instalações onde se encontrarem os produtos. Esses técnicos ficarão sujeitos a todas as normas internas de segurança da CONTRATANTE, inclusive àqueles referentes à identificação, trajas, trânsito e permanência em suas dependências.

4.4.26. Para a execução dos serviços de suporte técnico e atualização de versão, a CONTRATADA

somente poderá desativar o produto, com prévia autorização da CONTRATANTE.

4.5. **Requisitos Temporais**

4.5.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.5.2. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.5.3. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

4.5.3.1. Os prazos envolvidos na prestação do serviço técnico especializado sob demanda constam no item 6.2 e no **Apêndice C** deste documento.

4.5.3.2. As soluções e ferramentas de software deverão ser completamente disponibilizadas em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço ou Fornecimento. A disponibilização contempla a disponibilização do download da solução e a liberação das licenças de uso.

4.5.3.3. Os indicadores de prazo estabelecidos pelo Instrumento de Medição de Resultado (IMR) constam no item 8.2 deste documento.

4.5.3.4. O prazo para emissão dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo constam no item 8 deste documento.

4.6. **Requisitos de Segurança e Privacidade**

4.6.1. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE, em especial às normas nacionais de proteção de dados e informações vigentes, sobretudo, considerando a possibilidade de custódia de conhecimentos, informações e dados pelo prestador de serviços, observadas as seguintes diretrizes:

- a) Garantia de aplicabilidade da legislação brasileira sobre os princípios, diretrizes e responsabilidades relacionados à segurança da informação e à proteção de dados.
- b) Garantia que, em qualquer hipótese, a Administração tem a tutela absoluta sobre os conhecimentos, informações e dados produzidos pelos serviços.
- c) Vedado o uso corporativo dos conhecimentos, informações e dados pelo prestador de serviço.
- d) Possuir Plano de Continuidade, Recuperação de Desastres e Contingência de Negócio, que possa ser testado regularmente, objetivando a disponibilidade dos dados e serviços em caso de interrupção.
- e) Desenvolver e colocar em prática procedimentos de respostas a incidentes relacionados com os serviços.

4.6.2. A CONTRATADA deverá seguir as normas internas de segurança da informação da CONTRATANTE, bem como suas atualizações.

4.6.3. A CONTRATADA será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações, códigos-fonte e artefatos, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venham a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de aplicação de sanção e outras penalidades previstas na legislação vigente, independente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE a tais documentos.

4.6.4. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, da CONTRATANTE sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.

4.6.5. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo declarando estar ciente de que a

estrutura computacional disponibilizada pela CONTRATANTE não poderá ser utilizada para fins particulares e que a navegação em sítios da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço da CONTRATANTE ou acessadas a partir dos seus equipamentos poderão ser auditadas.

4.6.6. Cada profissional da CONTRATADA deverá assinar termo de compromisso declarando total obediência às normas de segurança vigentes ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, na CONTRATANTE.

4.6.7. No que couber, o “Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Segurança da Informação e Privacidade” deverá ser observado (vide Seção 7 do Anexo da IN SGD nº 94, de 2022. Guia disponível em : <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/governanca-dados/GuiaRequisitosdeSIparaContratacoesdeTI.pdf>).

4.7. **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.7.1. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.7.1.1. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, no que couber, conforme disposto na [Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010](#) e na legislação correlata.

4.7.1.2. A CONTRATADA deverá assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental específicos, inclusive:

- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferências para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção de bens;
- f) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços;
- h) adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;
- i) administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;
- j) conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- k) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de redução de consumo de água e redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- l) disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), quando aplicável, para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- m) orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários;
- n) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- o) orientar seus empregados para a destinação dos resíduos recicláveis descartados aos

devidos coletores de resíduos recicláveis existentes nas dependências da Contratante.

4.7.1.3. A CONTRATADA deverá apresentar **Declaração de Sustentabilidade Ambiental**, conforme modelo constante deste TERMO DE REFERÊNCIA no **Apêndice F**, a ser apresentado na fase de aceitação da proposta.

4.7.2. A exigência visa atender aos dispositivos normativos, acima enumerados, bem como demais normativos acerca dos critérios de sustentabilidade socioambiental, de forma a estabelecer que a licitante promova ações ambientais por meio de treinamento de seus colaboradores, pela conscientização de todos os envolvidos na prestação dos serviços, visando o cumprimento das ações estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes.

4.8. **Requisitos de Arquitetura Tecnológica**

4.8.1. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.8.2. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.8.3. Parte da documentação referente ao Ambiente Tecnológico da ANTT possui informações sensíveis à segurança da Agência e, portanto, não serão publicadas neste documento em atenção à Política de Segurança da Informação e Comunicações (PoSIC) da ANTT. Entretanto, entendemos que a avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. Neste sentido, será assegurado aos interessados o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, conforme condições estabelecidas no item 4.15 deste documento. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.9. **Requisitos de Projeto e de Implementação**

4.9.1. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.9.1.1. Deverão ser atendidos os requisitos relativos ao processo de manutenção de software, técnicas, métodos, forma de gestão, de documentação, dentre outros;

4.9.1.2. Deverão ser atendidos, no que couber, os requisitos contidos nos **Apêndices A, B e C** deste documento.

4.10. **Requisitos de Implantação**

4.10.1. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.10.1.1. Os serviços deverão ser executados por meio de equipe selecionada e de competência técnica comprovada, devidamente identificada.

4.10.1.2. Deverão ser observados integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos neste documento.

4.10.2. **Requisitos de Garantia e Manutenção**

4.10.3. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.11. **Requisitos de Experiência Profissional**

4.11.1. O serviço técnico especializado sob demanda, assim como os serviços relacionados à

Implantação, Garantia, Manutenção e Assistência Técnica, deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços, impondo-lhes rigoroso padrão de qualidade, segurança e eficiência, conforme descrito no **Apêndice B** deste documento.

4.11.2. Os profissionais deverão possuir certificado emitido pelo fabricante da solução ou por empresa especializada durante o período da prestação dos serviços e da garantia, sendo indispensável a apresentação de documentação original do fabricante que comprove a validade da certificação enquanto durar o vínculo contratual, podendo ser solicitada a qualquer momento.

4.12. **Requisitos de Formação da Equipe**

4.12.1. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:

4.12.1.1. A formação da equipe se dará conforme descrito nos **Apêndices B e C** deste documento.

4.13. **Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.13.1. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.13.2. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.13.3. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 8 horas por dia e 5 dias por semana por via telefônica.

4.13.4. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.13.5. Todos os serviços deverão considerar as metodologias e padrões estabelecidos pela Agência, principalmente o que for pertinente ao serviço executado. Quando couber, devem ser observados os guias, padrões (templates) e metodologias adotados pela ANTT e pelo Governo Federal, inclusive suas evoluções.

4.13.6. Deverão ser atendidos, no que couber, os requisitos de metodologia de trabalho contidos nos **Apêndices A, B e C** deste documento.

4.14. **Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade**

4.14.1. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.14.1.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

4.14.1.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

4.14.1.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

4.14.1.4. A CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

4.14.1.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

4.14.1.6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

4.14.1.7. A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

4.14.1.8. A CONTRATADA poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

4.14.1.9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

4.14.1.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

4.14.1.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

4.14.1.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

4.14.1.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

4.15. Vistoria

4.15.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 3410-1310, na Superintendência de Tecnologia da Informação (SUTEC), localizada no Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8 – Brasília – DF - CEP: 70200-003.

4.15.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.15.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.15.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até 24 (vinte e quatro) horas, em dias úteis, antes da data prevista para a abertura da sessão pública.

4.15.5. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.15.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.16. Sustentabilidade

4.16.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010, no que couber durante a execução do objeto contratado.

4.17. Indicação de marcas ou modelo

4.17.1. Não se aplica.

4.18. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.18.1. Não se aplica.

4.19. **Da exigência de carta de solidariedade**

4.19.1. Não se aplica.

4.20. **Subcontratação**

4.20.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.21. **Consórcio**

4.21.1. É vedada a participação de empresas em consórcio na licitação.

4.21.2. A vedação de que trata o item anterior se deve, principalmente, ao fato de que não há como delimitar parcelas do objeto separadas do núcleo principal, constituído pelos itens que compõem o objeto.

4.21.3. Em geral, a participação de empresas em consórcios é voltada para contratações nas quais a presença de empresas, individualmente, poderia comprometer o próprio êxito do processo licitatório. Entretanto, este não é o caso do presente objeto, uma vez que os serviços licitados podem ser considerados comuns de mercado, sem qualquer complexidade técnica que remonte a necessidade de conjunção de esforços para que o interesse público possa ser satisfeito. Assim, no caso concreto, a vedação à participação de empresas em consórcio não restringe a competitividade. Pelo contrário, haverá um maior número de empresas participando individualmente, o que não ocorreria caso as licitantes se reunissem em consórcio para vencer o certame sem que tivessem que disputar entre si.

4.21.4. Assim, não poderão participar desta contratação as empresas que se encontrem em regime de consórcio de empresas, qualquer que seja sua constituição e também empresas que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si. O Tribunal de Contas da União já manifestou entendimento (Acórdão nº 3654/2012 - TCU - 2ª Câmara) de que a decisão pela vedação de participação de consórcio de empresas, em certame licitatório, é discricionária, porém deve ser devidamente justificada em processo administrativo, o que foi devidamente realizado acima.

4.21.5. A vedação de empresas em consórcio não acarretará restrição à competitividade, pois há no mercado diversas empresas fornecedoras do objeto desta contratação, que se encontram aptas a atender as exigências de habilitação previstas no Edital.

4.22. **Da exigência de amostra**

4.22.1. Não se aplica.

4.23. **Garantia da Contratação**

4.23.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.23.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.23.2.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.23.2.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.23.2.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.23.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.23.2.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.23.3. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.23.4. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.23.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.23.6. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.23.6.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.23.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.23.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.23.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.23.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.23.8. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.23.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.23.10. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.23.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.23.12. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.23.12.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.23.12.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato

que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.23.13. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.23.13.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.23.13.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.23.14. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.23.15. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.23.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.23.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

4.24. **Informações relevantes para a apresentação da proposta**

4.24.1. A proposta da licitante deverá conter a especificação clara e completa da prestação de serviços, obedecida a mesma ordem constante deste Termo de Referência, sem conter alternativas de preços, ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

4.24.2. Entende-se por especificação clara e completa da prestação de serviços, o detalhamento do objeto, os quantitativos de serviços a serem executados e demais condições gerais de prestação dos serviços que deverão constar da proposta da licitante.

4.24.3. Não serão aceitas propostas contendo cópia das exigências deste Termo de Referência no lugar da especificação clara e inequívoca dos serviços a serem executados.

4.24.4. A licitante vencedora deverá apresentar a Proposta Comercial, em conformidade com o modelo definido neste Termo de Referência, acompanhada de Planilha de Custos e Formação de Preços, também em conformidade com o modelo definido neste Termo de Referência. O modelo de planilha de custos e formação de preços disponibilizado poderá ser adaptado às especificidades do serviço, de modo a permitir a identificação de todos os custos envolvidos na execução do serviço, e constituirá anexo do ato convocatório a ser preenchido pelos proponentes.

4.24.5. A proposta da licitante deverá estar integralmente preenchida, discriminando os valores unitários e totais dos serviços objeto deste Termo de Referência, em conformidade com o modelo constante no **Apêndice D** deste Termo de Referência, acompanhada de planilha de custos de formação de preços preenchida em conformidade com o modelo disponibilizado no **Apêndice M** deste Termo de Referência.

4.24.6. A proposta deverá conter declaração da licitante de que se encontra apta a prestar todos os serviços pertinentes ao ofertado e às regras de negócio envolvidas.

4.24.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma dos § 2º do artigo 59 da Lei nº 14.133, de 2021, e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

4.24.8. Na análise da planilha de composição de preço, quando forem detectados valores de remuneração abaixo das práticas de mercado, produtividades muito elevadas ou problemas na composição dos custos, ou ainda, se a proposta de preço for inferior a 70% (setenta por cento) do preço

referencial estipulado pela ANTT para cada item, a proposta será objeto de diligência detalhada, onde verificar-se-á se a empresa realmente pratica os salários declarados e se a sua produtividade nos contratos que possui e nas entregas de produtos que realizou atenderam à declaração fornecida.

4.25. Prova de conceito

4.25.1. A solução vencedora na etapa de lances será submetida à Prova de Conceito a fim de comprovação de atendimento às exigências técnicas e demais requisitos obrigatórios contidos neste documento. Os critérios para realização da Prova de Conceito constam no item 9 deste documento.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os

diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso.

5.3. **Deveres e responsabilidades do órgão gerenciador da ata de registro de preços**

5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3. definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.3.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.3.2. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGS/ME nº 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

6. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

6.1. **Condições de execução**

6.1.1. Início da execução do objeto: 5 (cinco) dias úteis da emissão da ordem de serviço.

6.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

6.1.2.1. O início da execução do objeto se dará por meio da Reunião Inicial com o objetivo de identificar as expectativas, nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e Anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços. Deverão participar dessa reunião, no mínimo, o Gestor do Contrato na ANTT e o Representante da CONTRATADA.

6.1.2.2. A reunião realizar-se-á mediante convocação da CONTRATANTE, após a assinatura do contrato, conforme agendamento realizado pelo Gestor do Contrato na ANTT e condições contidas no item 7.6 deste documento.

6.1.2.3. Nessa reunião a CONTRATADA deverá apresentar oficialmente seu Preposto, além de fornecer as respectivas comprovações acerca dos requisitos de qualificação exigidos para os seus profissionais, conforme exigido no **Apêndice B** deste documento.

6.1.2.4. Todos os entendimentos da reunião de alinhamento deverão constar da Ata de reunião a ser lavrada pelo Gestor do Contrato na ANTT e assinada por todos os participantes.

6.1.2.5. A CONTRATADA cumprirá as instruções complementares da ANTT quanto à execução e horário de realização do serviço, permanência e circulação de seu(s) técnico(s) nas dependências da ANTT e unidades.

6.1.2.6. A CONTRATADA será responsável pela execução dos serviços e seu acompanhamento diário da qualidade e dos níveis de serviço alcançados com vistas a efetuar ajustes e correções. Quaisquer problemas que venham a comprometer o bom andamento dos serviços ou o alcance dos níveis de serviço estabelecidos devem ser imediatamente comunicados à CONTRATANTE, que em parceria com a CONTRATADA, buscará a melhor solução para resolução do problema.

6.2. **Local e horário da prestação dos serviços**

6.2.1. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

Unidade	UF	Endereço
Sede da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	DF	Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8 - Brasília - DF, CEP: 70200-003.

6.2.1.1. Os serviços de suporte técnico considerados críticos pela CONTRATANTE deverão ser realizados exclusivamente de forma presencial, conforme regime de execução previsto neste documento.

6.2.1.2. Os demais serviços, em circunstâncias especiais e com prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, poderão ser atendidos a partir de outras localidades, de forma remota, desde que não configurem prejuízo das condições estabelecidas neste documento.

6.2.1.3. Os custos decorrentes de deslocamento e hospedagem dos profissionais da CONTRATADA correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

6.2.2. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

6.2.2.1. Os serviços prestados nas instalações da CONTRATANTE serão realizados habitualmente em horário comercial (8:00 às 18:00), de segunda a sexta-feira. Entretanto, qualquer atividade necessária para atender os prazos acordados ou para resolver/solucionar indisponibilidade/incidente/erro deve ser priorizada, podendo ocorrer durante o horário comercial (durante o horário do regime de execução), ou fora do horário comercial (fora do horário do regime de execução, podendo ocorrer aos finais de semana, feriados ou em horários noturnos).

6.2.2.2. Considerando a criticidade do ambiente da ANTT, serviços técnicos poderão ser solicitados para serem executados emergencialmente aos finais de semana, feriados ou em períodos fora do horário comercial. Os custos relacionados a esta exigência devem ser contemplados na Proposta de Preço da licitante.

6.2.2.3. Os serviços prestados fora das instalações da CONTRATANTE poderão ser realizados a qualquer hora e em qualquer dia, sem qualquer tipo de controle da ANTT, desde que não impliquem em indisponibilidade dos serviços.

6.2.2.4. Os serviços executados pela CONTRATADA aos sábados, domingos e feriados, ou em horário não comercial, não implicam acréscimo ou majoração nos valores dos serviços contratados.

6.3. Rotinas a serem cumpridas

6.3.1. A execução contratual observará as rotinas:

6.3.2. A disponibilização das soluções e ferramentas de software serão realizadas mediante emissão da Ordem de Serviço (OS), devidamente autorizadas pelo Gestor do Contrato e com ciência da CONTRATADA. O modelo de disponibilização das soluções consta no **Apêndice A** deste documento.

6.3.2.1. A prestação dos serviços técnicos especializados será realizada sob demanda mediante abertura de Ordens de Serviço (OS), devidamente autorizadas pelo Gestor do Contrato e com ciência da CONTRATADA. O modelo de execução dos serviços consta no **Apêndice C** deste documento.

6.3.2.2. A CONTRATADA deverá prestar os serviços com as mesmas configurações e quantidades definidas na OS.

6.3.2.3. A execução dos serviços deverá ser orientada à entrega de resultados e estará vinculada ao atendimento dos indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) definido no item 8.2 deste documento.

6.3.2.4. A OS registrará as etapas, os prazos de entrega e ativação das licenças, o detalhamento do fornecimento/serviço, bem como demais informações necessárias para a execução dos serviços por parte da CONTRATADA. O modelo para emissão de OS consta no **Apêndice E** deste documento.

6.4. Materiais a serem disponibilizados

6.4.1. Não se aplica

6.5. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.5.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.5.1.1. Descrição da solução e estimativas de volume e quantitativos, contida no item 2 deste documento;

- 6.5.1.2. Requisitos Técnicos Mínimos da Solução, contidos no **Apêndice A** deste documento;
- 6.5.1.3. Requisitos de Equipe Técnica e de Qualificação profissional, contidos no **Apêndice B** deste documento;
- 6.5.1.4. Modelo de execução do Serviço Técnico Especializado Sob Demanda, contido no **Apêndice C** deste documento;
- 6.5.1.5. Indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), definido no item 8.2 deste documento;
- 6.5.1.6. Critérios de recebimento e aceitação dos serviços, bem como de aplicação de sanções administrativas e procedimentos para retenção ou glosa no pagamento, conforme definido no item 8 deste documento.

6.6. Formas de transferência de conhecimento

6.6.1. A transferência do conhecimento deverá ser realizada observando-se o que segue:

6.6.1.1. No que concerne à execução de serviços especializados sob demanda, na ocasião de cada entrega, nas etapas de homologação ou implantação, poderá haver transferência de conhecimento da CONTRATADA para a ANTT em relação às tecnologias e técnicas empregadas, sem perda de informações. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA garantir o sucesso da transferência de conhecimento, que deverá ser realizada por profissional capacitado.

6.6.1.2. A transferência de conhecimento se dará pela disponibilização de documentação técnica prevista (manuais, guias, especificação técnica, configurações, etc.), referente aos produtos e serviços entregues, ou pela demonstração do passo a passo da utilização do produto ou serviço, na modalidade hands on.

6.6.1.3. A transferência de conhecimento deverá ocorrer no ambiente de trabalho da equipe da ANTT, nos casos excepcionais autorizados pela ANTT, em outra localidade ou de forma remota por webconferência.

6.7. Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.7.1. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

6.7.1.1. A transição final dos serviços refere-se ao processo de finalização da prestação dos serviços pela CONTRATADA ao final do contrato. As atividades de transição e encerramento do contrato incluem a entrega de versões finais dos produtos e da documentação, a transferência de conhecimentos, a devolução de recursos, inclusive crachás disponibilizados pela ANTT, a revogação de perfis de acesso, a eliminação de caixas postais, dentre outras.

6.7.1.2. Durante a vigência contratual, a CONTRATADA obrigará-se a prestar toda a assistência necessária por um período de até 3 (três) meses, que antecedem o encerramento do contrato, para que os serviços sejam repassados à ANTT ou empresa designada com vistas a garantir a disponibilidade e evitar a sua interrupção.

6.7.1.3. A CONTRATADA deverá elaborar até os 3 (três) meses a que se refere o subitem anterior um Plano de Transição Contratual que deverá contemplar todas as atividades necessárias ao repasse das informações necessárias para a continuidade dos serviços.

6.7.1.4. A proposta do Plano de Transição Contratual será validada pela ANTT e qualquer alteração será comunicada à CONTRATADA.

6.7.1.5. A falta de elaboração do Plano de Transição, retenção de qualquer informação que impacte no processo de transição contratual ou qualquer outra atitude da CONTRATADA que venha a prejudicar o andamento da transição das tarefas e serviços, será considerada como falha na execução do serviço e incidirão as penalidades e multas constantes neste Termo de Referência.

6.7.1.6. A ANTT reserva-se o direito de extinguir ou reduzir o período de transição contratual supracitados.

6.8. **Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle**

6.8.1. Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo descrito no **Apêndice E** deste documento.

6.9. **Mecanismos formais de comunicação**

6.9.1. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- I - Ordem de Serviço;
- II - Ata de Reunião;
- III - Ofício;
- IV - Sistema de abertura de chamados;
- V - E-mails e Cartas;
- VI - Chamados de suporte técnico;
- VII - Termos de Recebimento;
- VIII - Ferramenta Microsoft Teams ou similar em uso pela ANTT;
- IX - Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://portal.antt.gov.br/sei>);
- X - Sistema de gestão de demandas e/ou abertura de chamados;
- XI - Demais Termos previstos no instrumento contratual.

6.9.2. A comunicação entre a ANTT e a CONTRATADA, para fins de encaminhamento de Ordens de Serviço, demandas, chamados de suporte ou outro documento, ocorrerá sempre via Preposto, ou seu substituto, designado pela CONTRATADA.

6.10. **Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

6.10.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.10.2. O Termo de Confidencialidade da Informação contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, a Declaração de Ciência e Consentimento da LGPD, a ser assinada por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos Apêndices I e J deste TERMO DE REFERÊNCIA.

7. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. **Preposto**

7.5.1. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.5.2. A CONTRATADA deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de expediente da CONTRATANTE.

7.5.3. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da CONTRATADA, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

7.6. **Reunião Inicial**

7.6.1. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.6.2. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada a critério da CONTRATANTE.

7.6.3. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- a) Presença do representante legal da CONTRATADA, que apresentará o seu preposto;
- b) Entrega, por parte da CONTRATADA, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
- c) Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- d) A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
- e) Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

7.7. **Rotinas de Fiscalização**

7.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) , nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

7.8. **Fiscalização Técnica**

7.8.1. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.8.1.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.8.1.2. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.8.1.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as

medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

7.8.1.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

7.8.1.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

7.8.1.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7.9. Fiscalização Administrativa

7.9.1. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no [art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022](#), verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.9.1.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

7.10. Gestor do Contrato

7.10.1. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no [art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022](#):

7.10.1.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

7.10.1.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

7.10.1.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

7.10.1.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

7.10.1.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

7.10.1.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

7.10.1.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.10.1.8. Receber e dar encaminhamento imediato:

a) às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

b) à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços disposto neste item.

8.2. O instrumento de medição de resultado (IMR) acordados e os descontos em favor da CONTRATANTE pelo respectivo descumprimento encontram-se definidos nas tabelas a seguir:

Indicador 1 (ID1): Indicador de atendimento aos prazos dos chamados de suporte técnico do software	
Finalidade	Assegurar a resposta tempestiva às demandas relacionadas ao atendimento dos prazos dos chamados de suporte técnico do software, e incentivar a atuação preventiva no atendimento desses chamados.
Meta a cumprir	ID1 igual ou superior a 80%
Forma de acompanhamento	É apurada a quantidade de chamados atendidos dentro do prazo máximo estabelecido em relação a quantidade total de chamados atendidos no período.
Periodicidade:	Mensal
Instrumentos de medição	Deve ser aferido por meio de ferramentas, procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção.
Mecanismo de cálculo (%)	$ID1 = 100 * \text{soma}(Qdap / Qtdr)$ Onde: ID1 = Indicador de atendimento aos prazos dos chamados de suporte técnico do software; Qdap = Quantidade de chamados atendidas no prazo máximo estabelecido no TR com previsão de encerramento no período; Qtdr = Quantidade total de chamados registrados com previsão de encerramento no período.
Início da vigência	A partir da disponibilização da solução de software

Sanções / faixas de ajuste:	<p>ID1 >= 80%: sem ajustes.</p> <p>ID1 >= 70% e < 80%: multa de 0,1% sobre o valor da OS de disponibilização de soluções de software.</p> <p>ID1 >= 60% e < 70%: multa de 0,2% sobre o valor da OS de disponibilização de soluções de software.</p> <p>ID1 >= 50% e < 60%: multa de 0,3% sobre o valor da OS de disponibilização de soluções de software.</p> <p>ID1 < 50%: multa de 0,5% sobre o valor da OS de disponibilização de soluções de software.</p>
Observações:	<p>O prazo máximo considerado será o TMSDC - Tempo Máximo para a Solução Definitiva do Chamado.</p> <p>As horas de indisponibilidade em que a contratada não tenha contribuído para a indisponibilidade, ou que dependem da execução de outros serviços não vinculados ao contrato para sanar a indisponibilidade, serão consideradas como justificadas.</p>

Indicador 2 (ID2): Indicador de atraso na disponibilização das soluções de software	
Finalidade	Apurar o atraso na disponibilização das soluções e ferramentas de software à ANTT.
Meta a cumprir	ID2 igual ou superior a 90%
Forma de acompanhamento	É apurada a quantidade de dias de atraso não justificado para entrega do licenciamento da solução, em relação a quantidade de dias previstos.
Periodicidade:	A cada OS de disponibilização de soluções de software
Instrumentos de medição	Deve ser aferido por meio de ferramentas, procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção.
Mecanismo de cálculo (%)	<p>ID2 = 100 * soma(Qtd - Qda / Qtd)</p> <p>Onde:</p> <p>ID2 = Indicador de atraso na disponibilização das soluções de software;</p> <p>Qda = Quantidade de dias de atraso não justificado;</p> <p>Qtd = Quantidade total de dias previstos;</p>
Início da vigência	A partir da emissão da OS de disponibilização de soluções de software
Sanções/ faixas de ajuste:	<p>ID2 >= 90%: ajustes.</p> <p>ID2 >= 80% e < 90%: desconto de 0,1% sobre o valor da OS de disponibilização de soluções de software.</p> <p>ID2 >= 70% e < 80%: desconto de 0,2% sobre o valor da OS de disponibilização de soluções de software.</p> <p>ID2 < 70%: desconto de 0,3% sobre o valor da OS de disponibilização de soluções de software.</p>
Observações:	São contabilizados apenas os dias de atraso em que a contratada concorreu para o atraso. Atrasos ocorrido por razões que envolvam a ANTT, não serão contabilizados. A contratada deverá apresentar justificativa conforme o caso.

Indicador 3 (ID3): Indicador de atendimento aos prazos da Ordem de Serviço de serviço técnico especializado sob demanda	
Finalidade	Assegurar o cumprimento dos prazos dos projetos executados por meio do serviço técnico especializado sob demanda
Meta a cumprir	ID3 igual ou superior a 90%
Forma de acompanhamento	É apurada a quantidade de dias de atraso não justificado em todas as atividades do plano de projeto da OS, em relação a quantidade de dias previstos.
Periodicidade:	A cada OS de serviço técnico especializado sob demanda
Instrumentos de medição	Deve ser aferido por meio de ferramentas, procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção.
Mecanismo de cálculo (%)	<p>ID3 = 100 * soma(Qtd - Qda / Qtd)</p> <p>Onde:</p> <p>ID3 = Indicador de atendimento aos prazos da Ordem de Serviço de serviço técnico especializado sob demanda</p> <p>Qda = Quantidade de dias de atraso não justificado em todas as atividades contidas no plano de projeto da OS;</p> <p>Qtd = Quantidade total de dias previstos em todas as atividades contidas no plano de projeto da OS;</p>
Início da vigência	A partir da emissão de OS de serviço técnico especializado sob demanda
Sanções/ faixas de ajuste:	<p>ID3 >= 90%: sem descontos sobre o valor da ordem de serviço.</p> <p>ID3 >= 80% e < 90%: 5% de desconto sobre o valor da ordem de serviço.</p> <p>ID3 >= 70% e < 80%: 7% de desconto sobre o valor da ordem de serviço.</p> <p>ID3 < 70%: 10% de desconto sobre o valor da ordem de serviço.</p>
Observações:	São contabilizados apenas os dias de atraso em que a contratada concorreu para o atraso. Atrasos ocorrido por razões que envolvam a ANTT, não serão contabilizados. A contratada deverá apresentar justificativa conforme o caso.

Indicador 4 (ID4): Indicador de satisfação nos treinamentos	
Finalidade	Aferir o grau de satisfação dos alunos sobre o treinamento ministrado.
Meta a cumprir	ID4 igual ou superior a 70%
Forma de acompanhamento	É apurada a média das notas obtidas nos questionários em relação à nota máxima de avaliação.
Periodicidade:	A cada entrega de Ordem de Serviço de treinamento.
Instrumentos de medição	Por meio de questionários aplicados aos alunos que cursaram o treinamento.

Mecanismo de cálculo (%)	ID10 = 100 * soma(Mno / Nma) Onde: ID4 = Indicador de satisfação nos treinamentos; Mno = Média das notas obtidas no treinamento; Nma = Nota máxima de avaliação;
Início da vigência	A partir da emissão de OS de treinamento
Sanções/ faixas de ajuste:	ID4 >= 70%: sem descontos sobre o valor da ordem de serviço de treinamento. ID4 >= 60% e < 70%: 2% de desconto sobre o valor da ordem de serviço de treinamento. ID4 >= 50% e < 60%: 4% de desconto sobre o valor da ordem de serviço de treinamento. ID4 < 50%: 6% de desconto sobre o valor da ordem de serviço de treinamento.
Observações:	Os questionários devem ser respondidos por um número mínimo de 5 alunos.

8.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

8.3.1. Não produzir os resultados acordados;

8.3.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.3.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.5. **Recebimento**

8.5.1. Mensalmente, para cada serviço, a CONTRATADA apresentará para avaliação o Relatório Gerencial de Serviços, contendo:

- Lista detalhada de chamados de suporte técnico abertos no período, contendo todas as informações necessárias para o cálculo dos indicadores;
- Relatório contendo a situação de todas as instalações e/ou atualizações de software no período;
- As OS's de serviço técnico especializado sob demanda, inclusive de treinamento, encerradas no período;
- A situação de cada um dos produtos/serviços solicitados na OS;
- Os produtos entregues, acompanhado da sua respectiva documentação;
- O cronograma das atividades atualizado com as datas de entrega efetiva, juntamente com a diferença entre a data de entrega e a data planejada;
- O relato dos problemas ocorridos durante a sua execução;
- Todas as informações necessárias para que sejam calculados os indicadores previstos no IMR, ou qualquer outra informação que a CONTRATADA tenha previamente solicitado.

8.5.2. Somente após a aprovação do Relatório Gerencial de Serviços é que serão emitidos os Termo de Recebimento e será dada autorização para emitir Nota Fiscal/Fatura para aceite e pagamento.

8.5.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.5.4. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.5.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.5.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.5.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.5.8. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período indicado na respectiva Ordem de Serviço.

8.5.9. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.5.9.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.5.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.5.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.5.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.5.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.5.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.5.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.5.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico,

administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.5.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.5.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.5.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.5.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.5.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.5.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.5.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.6. Procedimentos de Teste e Inspeção

8.6.1. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.6.1.1. Os serviços serão recebidos após a avaliação e realização dos testes necessários e a verificação do seu funcionamento, conforme exigências deste documento.

8.7. Liquidação

8.7.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.7.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.7.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - o prazo de validade;
- II - a data da emissão;
- III - os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV - o período respectivo de execução do contrato;
- V - o valor a pagar; e
- VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.7.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.7.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da

regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.7.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.7.6.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.7.6.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.7.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.7.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.7.9. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.7.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.8. **Prazo de pagamento**

8.8.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.8.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Índice de Custo de Tecnologia da Informação (ICTI), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de correção monetária.

8.9. **Forma de pagamento**

8.9.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.9.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.9.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.9.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.9.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

8.10. **Antecipação de pagamento**

8.10.1. Não será admitida antecipação do pagamento.

8.11. **Reajuste**

8.11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 03/03/2026.

8.11.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.11.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.11.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.11.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.12. **Cessão de Crédito**

8.12.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.12.1.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.12.1.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.12.1.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.12.1.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.12.2. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA PAGAMENTO**

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Dar causa à inexecução parcial do contrato.	Advertência. Em caso de reincidência, aplicar-se-á multa de 2% sobre o valor total do Contrato.
2	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	A Contratada será impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
3	Dar causa à inexecução total do contrato.	A Contratada será impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
4	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.	A Contratada será impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5	Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	A Contratada será impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
6	Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.	A Contratada será impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
7	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.	A Contratada será impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
8	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
		Após o limite de 7 dias úteis, aplicar-se-á multa de 10% do valor total do Contrato.
9	Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
10	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
11	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
12	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 .	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
13	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 3% do valor total do Contrato.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

9.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.5. Multa

9.5.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

9.5.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

9.5.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

9.5.4. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

9.5.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.5.6. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de 3% (três por cento) a 7% (sete por cento) do valor da contratação.

- 9.5.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de 0,5% (meio por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.
- 9.5.8. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
- 9.6. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 9.7. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 9.8. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 9.10. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.11.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 9.11.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 9.12. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.12.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.12.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.12.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.12.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 9.12.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 9.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 9.15. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

- 9.15.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 9.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.17. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

10.2. Regime de execução

10.2.1. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

10.3. Exigências de habilitação

10.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.3.2. Habilitação jurídica

10.3.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.3.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.3.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.3.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.3.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.3.2.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.3.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.3.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas

Físicas, conforme o caso;

10.3.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.3.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.3.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.3.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.3.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.3.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.3.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal

10.3.4. **Qualificação Econômico-Financeira**

10.3.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.3.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.3.4.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

10.3.4.4. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.3.4.5. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

10.3.4.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.3.4.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.3.4.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.3.4.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.3.5. **Qualificação Técnica**

10.3.5.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

10.3.5.2. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.3.5.3. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.3.5.4. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

- Disponibilização de software de otimização de performance e monitoramento de aplicações, infraestrutura e/ou banco de dados, bem como a execução satisfatória de serviços de instalação e suporte da solução, e de serviços de apoio, consultoria e/ou treinamento para utilização da solução;
- Execução de serviços técnicos especializados em monitoramento de dados ou observabilidade, em um volume mínimo anual de 2.539 (duas mil quinhentas e trinta e nove) horas. A execução em outras unidades de fornecimento compatíveis poderá ser convertida desde que apresentado o contrato contendo regras que permitam a conversão, e a metodologia de conversão do volume executado para horas de serviço.

10.3.5.5. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

10.3.5.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.3.5.7. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.3.5.8. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.3.5.9. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.3.5.10. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.3.6. **Disposições gerais sobre habilitação**

10.3.6.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.3.6.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.3.6.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.3.6.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.3.6.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.3.7. **Documentação complementar para cooperativas**

10.3.7.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.3.7.2. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.3.7.3. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.3.7.4. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.3.7.5. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.3.7.6. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.3.7.7. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- ata de fundação;
- estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.3.8. **Prova de Conceito**

10.3.8.1. Para garantir que a disponibilização da Plataforma de Gestão de Dados e Observabilidade atenda aos requisitos da contratação, a empresa vencedora na etapa de lances será submetida à prova de conceito a fim de comprovação do atendimento das exigências técnicas e requisitos obrigatórios exigidos no **Apêndice A** deste documento.

10.3.8.2. A prova de conceito poderá ser realizada após a fase de aceitação de proposta de preço e da habilitação técnica, antes da homologação do processo licitatório.

10.3.8.3. A comprovação da conformidade da solução se dará inicialmente por meio de apresentação, em formato digital, de uma documentação preliminar, contendo toda a documentação

técnica comprobatória (manuais, guias de instalação e outros documentos homologados pelo fabricante), além de uma tabela que correlacione cada exigência ou requisito descrito no **Apêndice A** ao item da documentação que descreva a funcionalidade ou recurso que atenda àquela exigência.

10.3.8.4. Após o término da etapa de lances, o Pregoeiro solicitará a entrega da documentação preliminar pela empresa vencedora na etapa de lances. A documentação preliminar terá que ser entregue no prazo definido na solicitação do Pregoeiro.

10.3.8.5. O pregoeiro validará a documentação apresentada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis. Caso a documentação não atenda os requisitos do **Apêndice A**, a empresa vencedora será desclassificada, e o Pregoeiro convocará a próxima licitante classificada para a realização da Prova de Conceito. Caso contrário, a empresa vencedora será convocada para fase de apresentação da Prova de Conceito.

10.3.8.6. O Pregoeiro irá encaminhar o roteiro para apresentação da solução, contendo uma lista de atividades a serem executadas pela empresa vencedora na etapa de lances para demonstração das funcionalidades. Além disso, será agendada a data e hora da realização da fase de apresentação da Prova de Conceito. A empresa terá até 5 (cinco) dias úteis para preparar o ambiente necessário para demonstração.

10.3.8.7. A apresentação da Prova de Conceito será realizada ao vivo por meio de plataforma de videoconferência disponibilizada pela ANTT, no horário de 09h às 12h e das 14h às 17h. Não serão aceitas apresentações em vídeos pré-gravados. A empresa vencedora deverá demonstrar exclusivamente ferramentas, executando todas as atividades previstas no roteiro e esclarecendo as dúvidas da equipe técnica. Além disso, cada empresa concorrente deverá indicar previamente 2 (dois) representantes para participar da demonstração, informando seus nomes, CPF e contatos à ANTT com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência.

10.3.8.8. O Pregoeiro tornará público, a todas as licitantes credenciadas no certame, dia e hora em que a demonstração será realizada. A participação ao vivo das licitantes interessadas dependerá da estabilidade da videoconferência no momento da exibição, entretanto, a prova será gravada e disponibilizada a todas as licitantes interessadas e credenciadas no certame.

10.3.8.9. Ao final da demonstração a equipe técnica da ANTT anotará em relatório técnico se julga atendida ou não a exigência da demonstração.

10.3.8.10. As dúvidas e/ou necessidades de esclarecimentos deverão ser formalizadas por escrito pelo representante das empresas interessadas e encaminhadas para a equipe técnica da ANTT, por meio do e-mail que será divulgado após a realização da sessão pública, que avaliará a sua pertinência e, se necessário, solicitará a empresa licitante para responder a questionamentos, não sendo admitida, por parte das demais empresas presentes, qualquer tipo de interrupção ou questionamento enquanto estiver sendo realizada a Prova de Conceito.

10.3.8.11. O resultado da Prova de Conceito será apresentado no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar do dia seguinte ao final da fase de apresentação da Prova de Conceito.

10.3.8.12. O resultado terá a seguinte categorização:

- CLASSIFICADA: o Teste comprovou que a licitante atende a todos os requisitos exigidos pela equipe técnica da ANTT;
- DESCLASSIFICADA: o Teste comprovou que a licitante não atende a todos os requisitos exigidos pela equipe técnica da ANTT;

10.3.8.13. Caso a licitante convocada seja DESCLASSIFICADA, o Pregoeiro convocará a próxima licitante classificada para a realização da Prova de Conceito.

10.3.8.14. A licitante declarada vencedora na etapa de lances que não entregar qualquer documentação no prazo estipulado, não comparecer para efetuar a prova de conceito, se recusar por qualquer motivo a efetuar a prova de conceito, e/ou não atender à totalidade das exigências técnicas deste Termo de Referência, será desclassificada.

10.3.8.15. Todos os custos relativos à Prova de Conceito, tais como: mão de obra, transporte, seguro, emissão de laudos e dentre outros, que se fizerem necessárias, serão de responsabilidade e às expensas da licitante, não cabendo à ANTT, quaisquer ônus.

11. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 10.056.944,00 (dez milhões, cinquenta e seis mil, novecentos e quarenta e quatro reais)**, para 12 (doze) meses, conforme custos unitários apostos na tabela descrita no subitem 1.1. deste TERMO DE REFERÊNCIA.

11.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do [artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. A prorrogação da Ata de Registro de Preços se dará **com a renovação dos quantitativos registrados**, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, bem como o art. 22 do Decreto 11.462/2023, e consonante ao Enunciado 42 do 2º Simpósio de Licitações e Contratos do Conselho da Justiça Federal, e conforme justificativa contida no Estudo Técnico Preliminar da Contratação.

13.3. Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente com base no Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, observado o interregno mínimo de 12 meses, contados da data do orçamento estimado, conforme disposto no inciso III do art. 25 do Decreto nº 11.462/2023, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.4. Demais regras sobre o procedimento de Sistema de Registro de Preços - SRP, serão detalhados no Edital.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

14.2. Cronograma Físico Financeiro

14.2.1. Os pagamentos serão efetuados obedecendo aos seguintes critérios:

Descrição	Periodicidade	Condições de Pagamento
Licença de uso de solução de coleta de dados gerados por máquinas para observabilidade, por 12 meses	Parcela única	Mediante a entrega do objeto referente a cada Ordem de Serviço (OS) emitida, apresentação da Relação de licenças efetivamente ativadas, apresentação do Termo de Recebimento Definitivo e a apresentação da NF.
Licença de uso de solução otimização de performance de aplicações e infraestrutura, por 12 meses	Parcela única	Mediante a entrega do objeto referente a cada Ordem de Serviço (OS) emitida, apresentação da Relação de licenças efetivamente ativadas, apresentação do Termo de Recebimento Definitivo e a apresentação da NF.
Licença de uso de solução de gerenciamento de dados de segurança, análise de comportamento de usuários e automatização de resposta a incidentes, por 12 meses	Parcela única	Mediante a entrega do objeto referente a cada Ordem de Serviço (OS) emitida, apresentação da Relação de licenças efetivamente ativadas, apresentação do Termo de Recebimento Definitivo e a apresentação da NF.
Serviço técnico especializado sob demanda	Sob demanda	Mediante a apresentação de Relatório Gerencial de Serviços referente a cada Ordem de Serviço (OS) emitida, contendo o detalhamento dos serviços executados no mês, apresentação do Termo de Recebimento Definitivo e a apresentação da NF.

14.3. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela PORTARIA SUDEG Nº 239, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

14.4. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 94/2022, o TERMO DE REFERÊNCIA será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC, e aprovado pela autoridade competente.

<i>(Assinado eletronicamente)</i> MARCOS PAULO MILANEZ SANTANA Integrante Requisitante Matrícula SIAPE nº 1832563	<i>(Assinado eletronicamente)</i> RICARDO LÁZARO DE OLIVEIRA Integrante Técnico Matrícula SIAPE nº 2233203	<i>(Assinado eletronicamente)</i> RAMONA DE PAIVA PACHECO Integrante Administrativo Matrícula SIAPE nº 1432190
---	--	--

Aprovo,

Autoridade Máxima da Área de TIC
<i>(Assinado eletronicamente)</i> KLEBER CAMPOS RODRIGUES FILHO Superintendente de Tecnologia da Informação Matrícula SIAPE nº 1185241

APÊNDICES

Apêndice A - Requisitos Técnicos Mínimos da Solução

Apêndice B - Equipe Técnica e de Qualificação profissional

Apêndice C - Serviço Técnico Especializado Sob Demanda

Apêndice D - Modelo Proposta de Preços

Apêndice E - Ordem de Serviço

Apêndice F - Modelo Declaração de Sustentabilidade Ambiental

Apêndice G - Modelo Termo de Recebimento Provisório

Apêndice H - Modelo Termo de Recebimento Definitivo

Apêndice I - Modelo Termo de Confidencialidade da Informação

Apêndice J - Declaração de Ciência e Consentimento da LGPD

Apêndice K - Declaração de Não Ocorrência de Registro de Oportunidade

Apêndice L - Termo de Encerramento do Contrato

Apêndice M - Modelo de Planilha de Custos de Formação de Preços

Referência: Processo nº 50500.175227/2024-

21

SEI nº 30338850

Referência: Processo nº 50500.023338/2025-33

SEI nº 41087110